



PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

DOLEIRO CONFIRMA:

COMPRARAM O IMPEACHMENT DE DILMA

Temer e outros peemedebistas se locupletaram com dinheiro de propina

O depoimento do doleiro Lúcio Bolonha Funaro comprova a forte relação do presidente golpista Michel Temer com o submundo do crime. Preso desde o ano passado, o doleiro Lúcio Funaro, que era o operador de propinas do PMDB, revelou detalhes de esquemas intermediados pelo ex-deputado, também preso, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e envolvendo diversos políticos do PMDB. Segundo Funaro, era Cunha quem capitaneava os esquemas, recebia o dinheiro sujo e repassava. "Temer ficava com um percentual de todas as propinas", garantiu.

OU ELES OU NÓS – Esta frase é atribuída ao principal conspirador, Geddel Vieira Lima, que mais tarde se tornaria ministro e atualmente está preso, após a Polícia Federal ter encontrado um apartamento alugado em seu nome e nele estarem escondidos R\$ 51 milhões oriundos da corrupção. Isso mostra que o golpe atendia interesses múltiplos. Entre eles, aprovar projetos de "grandes empresários", como os dos bandidos da JBS e Odebrecht, e outras falcatruas. O projeto era se apossar do poder e colocar Temer na presidência.

IMPEACHMENT DE DILMA FOI COMPRADO? – Segundo Lúcio Funaro, foi ele próprio quem repassou R\$ 1 milhão para Eduardo Cunha comprar votos de deputados no processo do impeachment. Por quê? Um dos motivos foi, segundo especialistas, porque Dilma não estava fazendo nada para intervir nas investigações da Polícia Federal, que se aproximava dos roubos da quadrilha do PMDB, da qual participavam Eduardo Cunha, Geddel Vieira, Romero Jucá, Michel Temer e outros. Prova disso é a gravação da conversa do então ministro do Planejamento, Romero Jucá (PMDB-RR) com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado: a



Temer se beneficiou dos esquemas que Cunha armou: o preço do golpe foi milionário

"mudança" de governo resultaria em um pacto para "estancar a sangria", ou seja, as investigações.

Além disso, havia os interesses das entidades patronais como a CNI, a FENABAN, a FIESP e outras, que queriam as reformas trabalhista e da previdência e a privatização das grandes empresas. Não é de se duvidar que Cunha tenha buscado recursos para comprar o impeachment em outros grandes seguimentos

empresariais.

TRABALHADORES PAGANDO A CONTA – O preço do impeachment foi milionário e pesa sobre os ombros da classe trabalhadora. Muitos desconfiam que Temer está pagando o boleto de quem financiou o impeachment com as reformas da previdência, trabalhista e com as privatizações de grandes empresas.

ESCÁRNIO E DESPREZO AO ELEITOR BRASILEIRO

No fechamento dessa edição, as TVs noticiavam o escárnio e desprezo do Congresso Nacional ao eleitor brasileiro. A CCJ - Comissão de Constituição e Justiça - da Câmara Federal livrou Temer de ser julgado pelo STF. No Senado, senadores aliados de Temer também livraram Aécio de ser julgado pelo STF. **Página 2**



PACTU PARTICIPA DA AUDIÊNCIA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

Página 2

Pactu na Audiência em Defesa dos Bancos Públicos



“Carta de Curitiba” defende mais ações em defesa do BB, CEF e demais empresas públicas

A direção do Pactu participou, no dia 17/10, na Assembleia Legislativa do Paraná, de uma Audiência Pública em Defesa dos Bancos Públicos, promovida pelo Fetec-CUT/PR, com o apoio do deputado estadual Tadeu Veneri (PT-PR). Além de Veneri, participaram da Audiência os deputados estaduais José Lemos e Péricles de Mello, ambos dos PT-PR, e diversos representantes dos movimentos sociais.

Também se fizeram presentes Roberto Von Der Osten, presidente da Contraf-CUT, Maria Rita Serrano, Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas

Públicas, Vagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil e Clotário Cardoso, diretor da Fenae.

Em seus pronunciamentos, eles destacaram a relevância dos bancos públicos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A Audiência aprovou a Carta de Curitiba em defesa dos Bancos Públicos, uma Frente Parlamentar da Assembleia Legislativa do Paraná em defesa das empresas públicas e a orientação para o interior do estado criar comitês municipais em defesa dos bancos públicos.

Temer regulamenta o trabalho escravo

O governo do golpista Michel Temer não se cansa de fazer maldades. Mas, apenas com os trabalhadores. Com os ricos e as multinacionais, ele é generoso. Os ruralistas, por exemplo, que já comemoram várias vitórias no governo Temer, acabam de ver atendido mais um antigo pedido. Através da Portaria 1.129/17, publicada no dia 16/10 e já em vigor, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, praticamente regulamentou o trabalho escravo no Brasil, atropelando o Código Penal e as normas aprovadas pelas Nações Unidas em relação ao tema. Ao dar uma nova interpretação para os elementos que caracterizam a escravidão, a Portaria dificulta a fiscalização, que passará a ser feita por policiais e não por técnicos especializados. A mudança vai agravar as condições já degradantes e jornadas excessivas de trabalho,

contribuindo para ampliar as sérias distorções do mercado de trabalho nacional, gerando mais pobreza e déficit social. O Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF) recomendaram a revogação da Portaria, sob pena de adoção de medidas judiciais.

MAIS AMEAÇAS – Há projetos no Congresso Nacional que tentam mudar a definição do que seja trabalho escravo contemporâneo. Pelo menos três tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a fim de reduzir os elementos que caracterizam escravidão e a sua punição. São projetos que contam com o apoio da bancada ruralista, entre outros setores econômicos, e de nomes próximos a Michel Temer, como o senador Romero Jucá (PMDB-RR), responsável por um deles.

SENADO SALVA AÉCIO E SE DESMORALIZA DE VEZ



UMA MÃO LAVA A OUTRA: AÉCIO SALVA TEMER... TEMER SALVA AÉCIO

Apesar das evidências de que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) recebeu propinas da JBS, demonstrada em vídeos em que são entregues malas com R\$ 2 milhões a seu primo Fred Pacheco, o Senado Federal decidiu manter o mandato do parlamentar mineiro. Por 44 votos a 26, Aécio continua no Congresso, blindado e com foro privilegiado, o que o impede de ser investigado. Aécio Neves foi o líder do golpe comprado por Eduardo Cunha que tomou o mandato de Dilma Rousseff, destruiu a economia brasileira e a imagem internacional do país. Com a blindagem do presidente nacional do PSDB, o Senado se desmoraliza de vez.

Prossegue a luta para anular a Reforma Trabalhista



O Pactu participa ativamente da coleta de assinaturas, como mostra esta atividade, em Campo Mourão

A Reforma Trabalhista de Michel Temer, que modifica mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e acaba com dezenas de direitos trabalhistas, entrará em vigor no dia 11 de novembro deste ano. Para impedir que esta lei passe a valer, a CUT vem encabeçando a Campanha Nacional Pela Anulação da Reforma Trabalhista. O principal instrumento é um abaixo assinado em apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular que anula a Reforma. O documento precisa conter assinaturas de pelo menos 1% do eleitorado brasileiro, ou seja, pouco mais de 1,3 milhão de assinaturas. Por isto, a campanha atinge todas as regiões do país. No Pactu, os

sindicatos de bancários já realizaram várias atividades, conscientizando os trabalhadores sobre as perdas que virão com a Reforma Trabalhista e recolhendo assinaturas para o Projeto de Lei. No dia 9 de novembro, a CUT irá a Brasília em uma grande caravana nacional, para protocolar na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei de Iniciativa Popular. “Este é o momento de mostrarmos para os políticos que eles não têm o direito de arrancar os direitos da classe trabalhadora”, afirma Leonice Casarin de Mattos Silva, coordenadora da CUT Regional Centro Ocidental e diretora do Pactu em Campo Mourão.

CAIXA

Dia Nacional de Luta pede fim de arbitrariedades



Prosseguindo com o cronograma de manifestações em defesa da Caixa 100% pública, iniciadas em agosto, no dia 18/10, os bancários da Caixa realizaram o Dia Nacional de Luta em Defesa dos Participantes da Funcef. Na base territorial dos sindicatos do Pactu e em todo o país, houve manifestações em frente às principais agências do banco. O foco foi a campanha “Contencioso: essa dívida é da Caixa”. Há 20 anos, a Caixa joga nas costas dos participantes da Funcef o pagamento das dívidas trabalhistas do banco e agora o movimento sindical exige o fim dessa arbitrariedade e a reparação dos prejuízos aos participantes. Entre as reivindicações estão ainda o equilíbrio dos planos, a incorporação do REB, a preservação da paridade e garantia da participação dos trabalhadores na gestão.

Contraf-CUT vence BB na justiça, por comissões e gratificações

O Banco do Brasil tentou, mais uma vez, se eximir de incorporar aos salários de seus empregados comissões e gratificações recebidas por dez anos ou mais e suprimidas ilegalmente em decorrência da reestruturação da empresa iniciada em novembro de 2016. A tentativa, desta vez, se deu junto ao Tribunal Superior do Trabalho, no qual o banco ingressou com Correição Parcial para tentar cassar a decisão proferida em Mandado de Segurança junto ao TRT10, que manteve os efeitos da tutela de urgência antecipada deferida nos autos da Ação Civil Pública movida pela Contraf-CUT e federações filiadas. O recurso do banco foi indeferido e a Justiça determinou que o BB mantenha ou volte a proceder o pagamento da gratificação de função aos empregados que a recebem ou receberam por 10 anos ou mais de função gratificada, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 por empregado que sofrer a lesão. A Contraf-CUT avaliou que este é mais um passo contra o desmonte do Banco do Brasil e na defesa da estabilidade financeira de seus empregados.

APÓS PRESSÃO

Vitória em projeto sobre segurança bancária

O senador Vicentinho Alves (PR-TO), relator do Projeto de Lei que institui o Estatuto de Segurança Bancária, retirou de seu parecer dois artigos rejeitados pelos trabalhadores. O tema compõe o substitutivo da Câmara dos Deputados (SDS 6/2016) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 135/2010, atualmente tramitando na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Em seu parecer, o parlamentar suprimiu, entre outros, o artigo 31, que transforma a atividade do bancário em serviços essenciais, e o artigo 33, que dispensa estrutura mínima de segurança em agências e postos de atendimento localizados em cidades com menos de 500 mil habitantes. Os dois artigos eram muito prejudiciais: o 31, porque limitava o direito de greve, e o 33 porque iria piorar ainda mais, na maioria das cidades, a já deficitária segurança bancária. Na base territorial dos sindicatos do Pactu, por exemplo, todas as agências bancárias estariam dispensadas de segurança.

MUDANÇA NO ESTATUTO DA CAIXA

Conselho adia votação, mas a mobilização precisa continuar



A votação da proposta que alteraria o estatuto da Caixa Econômica Federal – transformando-a em uma S.A. –, prevista para ocorrer na reunião do Conselho de Administração (CA) do banco, dia 18/10, foi adiada. O recuo é

positivo e fruto da mobilização dos empregados e da ação das entidades associativas e sindicais em todo o país. A representante dos empregados no CA, Rita Serrano, já havia manifestado voto contrário às alterações e, antes da reunião, entregou um documento ao Conselho, questionando juridicamente as alterações e apontando os prejuízos que a mudança traria ao povo e ao país. “A verdade é que governo Temer quer entregar o patrimônio público para o capital privado em troca da manutenção do seu mandato e, sendo assim, age com pressa. Mas a Caixa é um banco que está à frente do desenvolvimento do Brasil, e precisa continuar público”, afirma. Agora, segundo Rita, é preciso ampliar as ações e buscar todo apoio possível, no Congresso e na sociedade, já que o assunto deverá retornar à pauta do CA no mês de novembro.

Contraf-CUT lança Campanha de Combate à Discriminação



A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) lançou, no dia 18/10, a Campanha Nacional de Combate à Discriminação nos Bancos, com o objetivo de valorizar os trabalhadores de todos os gêneros, raças e com deficiência. Idealizada pela Comissão de Gênero, Raça, Orientação Sexual e Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência (CGROS), em parceria com a Secretaria de Comunicação da Contraf-CUT, a campanha visa informar sobre a importância de levar o debate sobre os valores humanos à sociedade como um todo e não apenas ao movimento sindical. O diretor do Pactu em Paranavai, Neil Emidio Junior, membro da CGROS, esteve presente no lançamento e comentou a importância da campanha para garantir a igualdade de gêneros, raças e de pessoas com deficiência nos bancos. “É um tema oportuno, que os bancários também levarão para a mesa de negociações com a Fenaban. Vamos exigir direitos plenos a todos e todas, num momento em que o ódio aparece com muita força, principalmente o ódio entre classes, num cenário de golpe de ataque aos direitos dos trabalhadores”, comentou Neil.

AUDIÊNCIA DEBATEU ESPERA PELO ATENDIMENTO NOS BANCOS



No dia 09 de outubro, a Câmara Municipal de Icaraima, na região de Umuarama, realizou uma Audiência Pública para debater a regulamentação do tempo máximo de espera pelo atendimento em agências bancárias do município.

A discussão foi motivada pelo Projeto de Lei apresentado na Câmara pela vereadora Juliana Marques Meirinho. Sua proposta é que o tempo de espera nas filas de bancos seja de no máximo 20

minutos nos dias normais e de 30 minutos nos dias de muito movimento. Várias cidades do país já aprovaram leis semelhantes.

O intuito da Audiência foi discutir o Projeto com a sociedade e, inclusive, receber sugestões para aprimoramento do texto. Convidado para a Audiência, o Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região foi representado pelos dirigentes Edilson José Gabriel, Wilson de Souza e

Reinaldo Henriques Fernandes. Eles manifestaram a opinião da entidade e deram apoio ao Projeto de Lei. "A demora para o atendimento é resultado do pequeno número de funcionários nas agências. É um fator que gera sobrecarga de trabalho para os bancários e faz com que clientes e usuários tenham que amargar longo tempo na espera para serem atendidos", comentou Edilson. O Projeto de Lei ainda não tem data para ser votado.

Pactu participou de curso sobre marketing sindical



As direções dos sindicatos do Pactu participaram, nos dias 19 e 20 de outubro, em Campo Mourão, de um curso sobre Marketing Sindical, promovido pela Federação dos Trabalhadores em Empresas de Créditos do Paraná (Fetec-CUT/PR), ministrado pelo publicitário do Dieese, Milton Pomar. Os 55 participantes conheceram as novas técnicas de abordagens da propaganda e da publicidade do mundo político, econômico e social e sua aplicação nas ações dos sindicatos. Para o secretário de formação da Fetec-CUT/PR, Joseph Henrick Sonogo, "o curso tem a finalidade de capacitar os dirigentes sindicais para o trabalho do dia a dia junto aos bancários e à sociedade, principalmente nesse momento de incertezas políticas, de informações falsas, de crise econômica e social e, principalmente, de retiradas de direitos dos trabalhadores pelas reformas de Temer". Além do Pactu, participaram dirigentes sindicais dos sindicatos de bancários de Apucarana, Arapoti, Cornélio Procopio e Londrina e também de sindicatos de outras categorias profissionais.

Umuarama

Sindicato realizou campanha de brinquedos

O Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região realizou, entre os dias 02 e 11/10, nas agências bancárias de Umuarama, uma campanha para arrecadar brinquedos para crianças carentes. "A receptividade dos bancários foi excelente e a quantidade de brinquedos arrecadados ficou muito acima da expectativa, tendo em vista o curto prazo da campanha", afirmou Ana Paula Lorini, diretora de Finanças do Sindicato. Os brinquedos foram entregues para uma comunidade rural da região de Umuarama e a distribuição para as crianças foi feita pela comunidade no dia 12/10, Dia das Crianças. Segundo Luiz Carlos Fernandes, secretário geral do Sindicato e coordenador da campanha, "o resultado foi gratificante, tanto pela resposta dos bancários, como pela alegria dos coordenadores da comunidade que receberam as doações. Isto certamente motivará o Sindicato a promover ações semelhantes em oportunidades futuras", concluiu Luiz Carlos.

